

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 560.938 - SP (2014/0192324-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : GRAZIELLA DE MESQUITA SAMPAIO  
**AGRAVANTE** : LUIZ FELIPE SAMPAIO FERNANDES  
**AGRAVANTE** : RENATA SAMPAIO FERNANDES AMARAL  
**ADVOGADOS** : RENATO LUIZ DE MACEDO MANGE E OUTRO(S) - SP035585  
WALTER VIEIRA FILHO - SP148417  
**AGRAVADO** : BANCO CITIBANK S A  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO SANTOS DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP305211  
ROBERTO CASTRO DE FIGUEIREDO - SP310571A  
VIVIANE TOZZI MORO - SP345340  
**INTERES.** : ESTRELA AZUL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SEGURANÇA E  
TRANSPORTE DE VALORES LTDA

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por GRAZIELLA DE MESQUITA SAMPAIO e outros em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"ILEGITIMIDADE DE PARTE - Apelantes que são os representantes legais da pessoa jurídica - Negócio realizado e cujos resultados produziram efeitos Agravo retido conhecido e rejeitado.*

*PESSOA JURÍDICA - Extinção do processo - Fato superveniente representado pela quebra - Pedido de restituição nos autos da falência - Agravo retido conhecido e rejeitado.*

*NULIDADE DE SENTENÇA - Situação não ocorrente - Decisão que examinou as provas produzidas, em sua integralidade.*

*CONTRATO BANCÁRIO - Depósito Empréstimo consignado - Obrigação de o empregador e seus representantes legais de repassar os valores devidos e correlatos a vários empréstimos firmados pelos empregados, para a instituição financeira - Não ocorrência - Lei 10.820/03 - Condenação a entregar o quanto devido Sentença mantida - Recurso desprovido." (fls. 2.577/2.578)*

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 267, IV, 333, I, 368 do CPC/73 e 5º, § 3º, da Lei n. 10.820/03, sustentando, em síntese, (a) os recorrentes, na condição de sócios da empresa Estrela Azul, não possuem legitimidade passiva para a ação de depósito, pois não atuaram como representantes legais da pessoa

jurídica, na celebração do convênio com a parte recorrida, (b) a não integração do representante legal da empresa no polo passivo implica a ineficácia do julgado em face de todos os devedores solidários, (c) *“a prova pericial (...) não comprovou o fato constitutivo do direito alegado na petição inicial (art. 333, I, do CPC), posto que elaborada com base em documentos produzidos pelo Recorrido (art. 368 CPC)”* (fl. 2.605) e (d) impossibilidade de cisão da demanda, permitindo a continuidade da ação de depósito exclusivamente em face dos recorrentes, após o deferimento da falência da pessoa jurídica.

Apresentadas contrarrazões às fls. 2.615/2.632.

É o relatório.

A tese de ineficácia do provimento jurisdicional em face dos devedores solidários, ante a necessidade de formação de litisconsórcio passivo com o então administrador da pessoa jurídica, não foi debatida pelo Tribunal de origem, e nem sequer foram opostos embargos de declaração para discutir o tema. Assim, ante a ausência de prequestionamento, o apelo excepcional atrai o óbice das Súmulas n. 282 e 356/STF.

Quanto à legitimidade dos insurgentes, cabe anotar que, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei n. 10.820/03, a ação de depósito vinculada a convênios de empréstimo consignado pode ser ajuizada em face da sociedade e dos seus representantes legais.

Nesse aspecto, o Tribunal de origem decidiu que os insurgentes são sim legítimos para a demanda, pois os eram sócios/administradores da pessoa jurídica, os que os caracterizou como representantes legais, nos termos do dispositivo legal mencionado. Eis trecho relevante do acórdão:

*“A questão a envolver ilegitimidade de parte passiva foi bem rejeitada e, a rigor técnico, não conta com base alguma de sustentação. Consoante alteração contratual de fls. 28/38, os apelantes eram, na época dos fatos, os sócios da pessoa jurídica Estrela Azul - Serviços de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores Ltda. De igual sorte, a ficha cadastral de fls. 39/40 indica que os apelantes se apresentaram como Titulares/Sócios ou participantes da Diretoria e todos assinam pela empresa. Inquestionável, portanto, que se mostraram como representantes legais (com os ônus e benefícios correlatos).”* (fl. 2.580)

Rever, portanto, a conclusão do Tribunal de origem, para investigar se a

relação dos recorrentes com a empresa era mesmo de gestão, demandaria o reexame das provas dos autos, juízo vedado pela Súmula n. 7/STJ.

Ainda no tocante à legitimidade passiva, cabe anotar que a obrigação de depósito é solidária entre a pessoa jurídica e seus representantes (art. 5º, § 3º, da Lei n. 10.820/03), de modo que o autor podia escolher em face de quem ajuizar a demanda. Nesse sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MODIFICAÇÃO DO QUANTUM FIXADO PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM. SÚMULA N. 7/STJ. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CUMPRIMENTO DO DÉBITO REMANESCENTE RECONHECIDO EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO E DO VALOR DAS ASTREINTES. PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO. NÃO CABIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 275 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E NÃO DO ART. 257 DO MESMO DIPLOMA.*

*(...)*

*5. O devedor solidário responde pela totalidade da dívida; por essa razão, cabe ao credor escolher contra quem pretende litigar, consoante o disposto no art. 275 do Código Civil de 2002, ainda que a obrigação seja divisível, não se impondo a aplicação do art. 257 do mesmo diploma legal.*

*6. Recursos especiais parcialmente conhecidos e desprovidos.*

*(REsp 1601576/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 22/06/2016)"*

Não se tratando, assim, de litisconsórcio necessário, nada impedia o autor de ajuizar a ação de depósito em face dos representantes legais da empresa e, perante o juízo falimentar, solicitar a restituição dos valores de sua titularidade, conforme atesta, inclusive, o disposto no art. 5º, § 4º, da Lei n. 10.820/03:

*"Art. 5º. O empregador será o responsável pelas informações prestadas, pelo desconto dos valores devidos e pelo seu repasse às instituições consignatárias, que deverá ser realizado até o quinto dia útil após a data de pagamento ao mutuário de sua remuneração disponível.*

*(...)*

*§ 4º No caso de falência do empregador, antes do repasse das importâncias descontadas dos mutuários, fica assegurado à*

*instituição consignatária o direito de pedir, na forma prevista em lei, a restituição das importâncias retidas."*

Por fim, não obstante os recorrentes tenham se insurgido em face da conclusão da prova pericial, o Tribunal de origem entendeu que o acervo probatório em conjunto demonstrou a existência da dívida objeto de cobrança. Destaca-se do aresto:

*"A prova, por fim, é exuberante acerca do dever. de restituir quanto apurado. Verifique-se que os apelantes acabaram por admitir o a existência da dívida, tendo remetido mensagem eletrônica para a instituição financeira, em março de 2007, propondo renegociação, nas condições ali constantes (fl. 53/54). Observe-se que o valor reconhecido devido, na ocasião, era de R\$ 518.591,07, com o que frágil os demais argumentos deduzidos na contestação e no apelo, em sentido contrário. Por outro lado, há demonstração de que alguns funcionários da Estrela Azul ava ti tiveram descontados de seus vencimentos o valor destinado a quitação das prestações do empréstimo consignado - mas sem notícia do repasse correlato (v. fls.*

*60/65, dentre outros). Opera igualmente a corroborar a responsabilidade dos apelantes o teor do e-mail de fl. 68, no qual uma das representantes legais da pessoa jurídica procurou dar outro contorno à situação jurídica (intenção de transformar o depósito em empréstimo comum).*

*Em arremate, não há elementos que autorizem a pretendida desconstituição do laudo pericial oferecido. As partes tiveram ampla possibilidade de debater a questão e não há notícia de que os apelantes tenham apresentado parecer técnico divergente (por meio de profissional da área contábil). A impugnação genérica deduzida por advogado não se mostra amparada em qualquer outra prova concreta - certo que, como dito, a sentença se fundou em uma série de outros elementos colhidos ao longo da extensa tramitação. Mantém-se, portanto, do que decidido." (fls. 2.582/2.283)*

É inviável, portanto, reformar o acórdão recorrido nessa parte, porquanto seria necessário reexaminar a prova pericial e atestar se a análise do perito teria sido idônea. Incide, assim, o óbice da Súmula 7/STJ, em relação a esse ponto do apelo

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator